

Três meses de moratória: onde estão os "benefícios"?

JORNAL DA TARDE
21 MAI 1967

Dívida Externa

Os três meses da infeliz moratória do dr. Funaro foram condignamente "comemorados" no País e no Exterior. Aqui, com os desdobramentos de uma crise política da qual ela foi inicialmente consequência e, mais tarde, também uma das causas alimentadoras que ameaça destruir a nossa incipiente democracia, com a economia marchando firme para a recessão, com as finanças públicas arruinadas e com a inflação batendo todos os recordes. Lá fora, com a grave decisão do maior credor do Brasil, o Citicorp, de elevar de US\$ 2 bilhões para US\$ 5 bilhões suas reservas destinadas a cobrir prejuízos provocados por devedores que não vêm honrando seus compromissos.

Segundo informa nosso correspondente em Washington, Moisés Rabinovici, a decisão pode ser o primeiro passo para o início de uma ação judicial contra o Brasil, pois esse aumento de reservas significa na realidade uma perda de lucros no valor de US\$ 2,5 bilhões, que acarretará no balanço anual do Citicorp um prejuízo de aproximadamente US\$ 1 bilhão, pois o banco compensará parcialmente os resultados negativos com a venda de propriedades e descontando os prejuízos do seu Imposto de Renda. Só que, para ter direito a este benefício fiscal, terá antes de esgotar os recursos para cobrar o que lhe é devido, o que significa recorrer à Justiça...

Como se recorda, o Citicorp foi o primeiro credor do Brasil a dizer que pretendia colocar seus empréstimos ao País em regime de caixa, exemplo que foi seguido por todos os grandes bancos dos Estados Unidos. Agora, essa instituição pode estar sugerindo um caminho para administrar o problema criado pela moratória brasileira. Desta vez, porém, é provável que o exemplo não vá ser seguido tão rapidamente, uma vez que a maioria dos credores — como o Bank of America, o Manufacturers Hanover, o Mellon Bank, entre outros — não tem possibilidades de acompanhar o Citicorp nessa decisão. Este talvez seja um dos motivos da perplexidade causada pela ação do Citi nos meios financeiros dos Estados Unidos. Aliás, dando mais uma prova da boa vontade com que nossos credores têm respondido às agressões dos defensores da "moratória dogmática" do PMDB, o Federal Reserve Board (o banco central dos EUA), por meio de seu presidente, Paul Volcker, deixou claro que a decisão do Citicorp não deve ser vista como um exemplo para os demais bancos americanos.

Na verdade, a maior parte dos bancos credores não dispõe de recursos para ampliar as reservas em volume compatível com as perdas causadas pela nossa moratória. Ou seja, pequenos e médios bancos dos EUA poderão quebrar se imitarem o gigante Citicorp. Assim, para alguns analistas, o maior credor do País se estaria preparando para "queimar" seus ativos brasileiros, com deságio.

Em Brasília, onde o impacto dessas notícias que corroem nossa imagem externa normalmente é subestimado, a medida tomada pela direção do Citicorp foi considerada "normal". Mas, obviamente, ela não é nem "normal" nem, muito menos, auspiciosa...

De qualquer maneira, ontem expirou o prazo determinado pela legislação norte-americana e até as agências do Banco do Brasil nos Estados Unidos foram obrigadas a classificar os empréstimos feitos ao País como "non performing", acompanhando os bancos locais, que já tomaram essa providência há mais tempo.

Mas este dado sugestivo é apenas curioso. Nossas perdas reais têm sido bem maiores. Depois da moratória, o crédito externo do País diminuiu consideravelmente, com a suspensão do fornecimento de novos recursos, a redução dos depósitos voluntários mantidos por bancos dos EUA nas agências dos bancos brasileiros no Exterior e o aumento do custo dos financiamentos de curto prazo no mercado interbancário e nas operações de crédito comercial. Para sair desse impasse os credores aguardam o novo programa econômico do ministro Bresser Pereira e o indispensável parecer do FMI sobre a nossa economia.

Por este lado, há novidades positivas desde a posse do novo ministro. A maior proximidade entre o governo brasileiro e o FMI, graças ao bom senso do ministro Bresser Pereira, tem sido um fator decisivo para a atual trégua entre o Brasil e os bancos credores. O ministro tem levado em consideração recomendações técnicas feitas por membros da missão do FMI, que passou alguns dias levantando dados sobre a nossa economia e, também, por economistas do Banco Mundial, embora isso não signifique qualquer entendimento formal com essas instituições internacionais.

Mas, se temos menos crédito, se os empréstimos que conseguimos custam mais caro e se os investidores estrangeiros nem querem ouvir falar em Brasil, qual foi o benefício da moratória do dr. Funaro? A resposta é simples: nenhum. Como disse o presidente da Associação Comercial de Minas Gerais, Hiram Reis Correa, a moratória cabocla "não conteve a perda de divisas, não conteve o crescimento da inflação, foi incapaz de reverter o decrescente superávit da balança comercial, não produziu recursos para investimentos internos e nem sequer fez os juros internacionais serem reduzidos, ao contrário, assim como tampouco conseguiu, no plano político interno, unir o PMDB". E mais: "Além destes problemas, a moratória teve o papel de despertar uma maré de inadimplências também no plano interno, principalmente por parte dos devedores do sistema financeiro, prática que se está alastrando por todo o sistema empresarial".

São tão completamente inexistentes os alardeados resultados positivos que esta moratória teria para o desenvolvimento brasileiro e para afastar o fantasma da recessão que ela não serviu sequer para desmobilizar as CUTs da vida das suas tentativas de greve geral (agora continental!) "pela suspensão dos pagamentos da dívida externa". Mesmo três meses depois de o governo brasileiro ter atendido mais esta "reivindicação" dos nossos inteligentíssimos sindicalistas — aqueles que ainda não descobriram nenhuma relação de causa e efeito entre o atendimento da sua "reivindicação" e a vertiginosa deterioração do valor real dos seus salários, que estão constatando dia a dia nos últimos três meses — eles continuam firmes, exigindo aquilo que já lhes deram e que o resto do Brasil "agradece penhorado"...

A única esperança reside no fato de o Ministério da Fazenda estar, agora, entregue a um homem responsável que tem recusado a "tática" tão característica do seu antecessor de enganar sistematicamente a Nação. Isso talvez ajude a diminuir a relutância de nossos credores privados e oficiais, abrindo o caminho para um entendimento para que se restabeleça o fluxo de dinheiro novo (US\$ 4 bilhões dos bancos privados e US\$ 2 bilhões dos bancos oficiais) sem o qual afundaremos cada vez mais rapidamente. Para que este acordo seja feito a tempo é preciso, no entanto, que, no seu afã de ser honesto e realista, o ministro Bresser Pereira não se esqueça da necessária diplomacia e espírito didático ao tratar as questões relativas à dívida. E ao anunciar, tout court, que "a moratória pode ser estendida aos bancos governamentais e às instituições oficiais dos países do Clube de Paris", sem explicar que se isso acontecer seria por necessidade, por falta de dinheiro e, até, por consequência da moratória, ele não contempla nenhuma das necessidades, especialmente a necessidade de ser didático quando se dirige à opinião pública brasileira...